

Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília

From modernist spaces to places of the community: memories of the construction of satellite-towns of Brasília

Maria Fernanda Derntl*

Resumo

Os edifícios monumentais e amplos espaços abertos do Plano Piloto definiram imagens emblemáticas de Brasília. Este artigo busca, porém, destacar outras representações da capital, a partir da análise de memórias recentes de migrantes que se estabeleceram em cidades-satélites construídas na periferia de Brasília desde fins dos anos 50. Os relatos de experiências e práticas de construção naqueles núcleos dão novos significados a espaços concebidos segundo princípios modernistas e expressam sentimentos de pertencimento a comunidades vinculadas ao lugar. Mais do que analisar a efetiva construção de cidades-satélites, pretende-se investigar o modo como esse processo foi assimilado e narrado na dimensão subjetiva de quem o vivenciou.

Palavras-chave: Brasília; Plano Piloto; Cidades-satélites; Memórias.

Abstract

The monumental buildings and wide-open spaces of the Pilot Plan defined emblematic images of Brasília. This article seeks, however, to highlight other representations of the capital city, based on the analysis of recent memories of migrants who settled in satellite towns built on the outskirts of the capital since the end of the 1950s. Reports of experiences and practices of construction in those settlements endowed new meaning to spaces designed according to modernist principles and expressed feelings of belonging to communities linked to their place. Rather than analyzing the effective construction of satellite towns, the aim is to investigate how this process was assimilated and narrated from the subjective dimension of people who experienced it.

Keywords: Brasília; Pilot Plan; Satellite Towns; Memories.

* Professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília desde 2010. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (1995), mestre (2004) e doutora (2010) em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Delft, Holanda (2018). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 2. E-mail: mariafernanda_d@yahoo.com.br

I n t r o d u ç ã o

Brasília, história e memória

Brasília foi planejada para ter uma paisagem urbana radicalmente distinta das cidades tradicionais, com intuito de representar uma nação moderna e estabelecer um modo de vida ordenado e igualitário. Os palácios de formas escultóricas projetados por Oscar Niemeyer e as amplas perspectivas do Plano Piloto traçado por Lucio Costa criaram imagens icônicas da capital do Brasil. A inscrição de Brasília – entendida como o Plano Piloto – na lista do patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 1987 reiterou o caráter emblemático do núcleo modernista. Este artigo pretende, porém, ir além da ênfase usual no Plano Piloto para indagar sobre os significados atribuídos à capital em relatos de moradores situados à distância daquele centro monumental. Memórias recentes de pessoas que se transferiram para cidades-satélites em seus primórdios, nos anos 60 e 70, são fonte privilegiada para análise de processos ainda pouco conhecidos de urbanização, na perspectiva, também ainda pouco conhecida, de grupos que os vivenciaram desde seus primórdios. Procura-se mostrar que os relatos de experiências e práticas de construção naqueles núcleos deram novos significados aos espaços modernistas antes planejados e expressaram sentimentos de pertencimento a comunidades vinculadas a seu específico lugar e marcadas pela experiência da exclusão social.

Procura-se mostrar que os relatos de experiências e práticas de construção naqueles núcleos deram novos significados aos espaços modernistas antes planejados e expressaram sentimentos de pertencimento a comunidades vinculadas a seu específico lugar e marcadas pela experiência da exclusão social.

A abordagem aqui pretendida deve muito à fundamentação teórica de Sandra Pesavento no campo de uma história cultural do urbano, sobretudo quando a autora aponta o potencial de renovação da pesquisa sobre cidades possibilitado pela leitura das diversas camadas de sentido atribuídas a elas

por seus habitantes. Pesavento (2008, p. 5) sugere ir além da “imagem consagrada pelo cartão postal” para averiguar outras possíveis referências espaciais na elaboração de imaginários da urbe. Recomenda também indagar sobre como designações e significados atribuídos à cidade por arquitetos e urbanistas podem interagir com construções simbólicas elaboradas por quem vive naqueles espaços, num “vaivém dos sentidos conferidos aos espaços e sociabilidades urbanas” por “profissionais da cidade” e por seus habitantes (PESAVENTO, 1995, p. 283). A cidade define-se então não como um conjunto de atributos morfológicos ou urbanísticos, mas como “um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa” (PESAVENTO, 2007, p. 17).

Vários trabalhos recentes no campo de uma história cultural de Brasília tomaram por base registros orais ou escritos para analisar a elaboração de identidades individuais e sociais em ligação com a rememoração de vivências (CEBALLOS, 2005; COSTA; MAGALHÃES, 2001; BEÚ, 2013; COSTA; BARROSO, 2015). Alguns desses estudos – sobretudo Carvalho (2001) e Ceballos (2005) – contribuíram para esta análise ao chamar atenção para o modo como relatos de memórias e registros de moradores de áreas distantes do Plano Piloto foram moldados por discursos políticos de apologia à nova capital produzidos desde a década de 50. Assim, ao se analisar a memória de migrantes, não se supõe aqui uma polarização entre, de um lado, uma memória dominante ou nacional e, de outro lado, uma memória popular ou marginalizada. Considerando também as reflexões de Stuart Hall (1996, p. 613), podemos ver as memórias partilhadas pelos moradores das cidades-satélites como representações que sustentam uma “narrativa da nação” capaz de conectar “vidas cotidianas com um destino nacional” que as sobrepuja. Mas, essa conexão não está isenta de conflitos. Conforme indicou Michel Pollak (1989, s.p.), o método da história oral pode revelar os limites na imposição de memórias nacionais e, ao mesmo tempo, um esforço individual de “controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”. Nessa perspectiva, o principal interesse aqui é indagar, na linha do que propôs o estudo fundador de Maurice Halbwachs (1990 [1925], p. 133), como “imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva”, pressupondo-se que “o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa”. Trata-se de ver essa relação entre grupos sociais e lugares não como fixa ou imutável, mas, na linha sugerida por Michel Pollak (1989) e Verena Alberti (1996), como um processo em contínua elaboração e sujeito a disputas e negociações entre memórias diversas.

As fontes orais utilizadas neste trabalho provêm do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), criado em 1985. Em 1987, teve início o Programa de História Oral do Arquivo, a partir de uma coleta de entrevistas com protagonistas da construção de Brasília e, mais tarde, estendendo-se no sentido de compreender a formação das cidades-satélites e “resgatar a historiografia candanga” (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 2008, p. 9). Neste trabalho, baseamo-nos em 68 entrevistas coletadas pelo ArPDF entre 1995 e 2005 a respeito da formação das cidades-

satélites de Taguatinga (26 entrevistas realizadas entre 1995-97 e 2004), Núcleo Bandeirante (18 entrevistas, 1999-2000) e Ceilândia (24 entrevistas, 2001-2005).¹ O conjunto reuniu depoimentos de alguns dos mais antigos moradores, personalidades locais, políticos, representantes de estratos sociais e ofícios diversos, além de autoridades e técnicos da Novacap. As entrevistas semiestruturadas tiveram como principal tema a participação dos entrevistados na construção da capital e das cidades-satélites. Embora esse conjunto de depoimentos esteja ligado a uma iniciativa de consolidação da memória institucional da cidade, traz uma variedade multifacetada de relatos que não podem ser apreendidos sob um único ponto de vista ou reduzidos a uma visão monolítica e desprovida de nuances.

Os planos urbanísticos e a construção das cidades-satélites

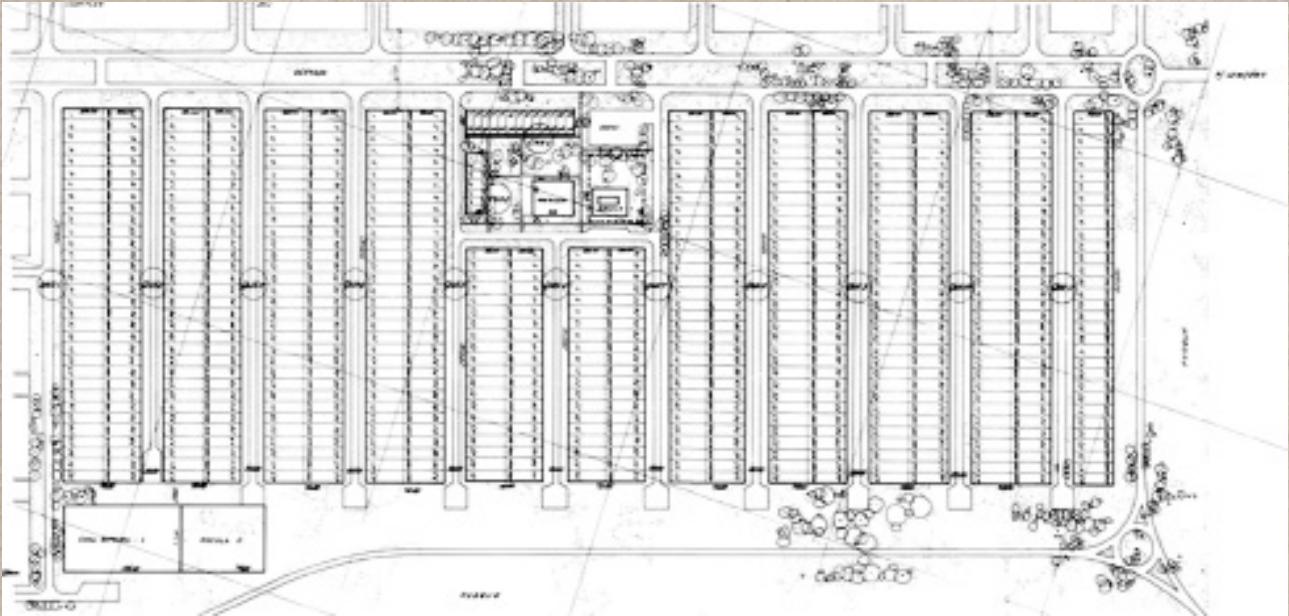
Os depoimentos utilizados nesta análise têm como tema e pano de fundo o peculiar processo de urbanização desenrolado no território do Distrito Federal a partir de fins dos anos 50. A construção de Brasília teve início não no Plano Piloto, mas em seus arredores, onde se fixaram a sede e os acampamentos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), criada em 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek para gerir o planejamento e as obras da Capital. Com a divulgação das notícias sobre a construção de Brasília e das oportunidades que se abriam naquele ponto do planalto central, a fixação de trabalhadores junto ao acampamento da Novacap e às principais estradas no entorno do Plano Piloto logo se tornou descontrolada. A partir de 1958, a Novacap passou a adotar uma política de remoção de favelas e transferência de populações mais pobres para as então denominadas cidades-satélites.² Os novos núcleos foram situados à distância do Plano Piloto e caracterizaram-se, inicialmente, pelas construções precárias, ruas sem pavimentação e ausência de serviços urbanos básicos, em evidente contraste com os apartamentos espaçosos em meio a amplos espaços para lazer no Plano Pi-

1 Optamos por citar os registros escritos dos depoimentos feitos pelo ArPDF, sem indicar erros ou estranhezas da fala coloquial, mas incluindo interpolações entre colchetes, em alguns casos, para esclarecer ou facilitar a leitura. Pela relevância ao tema aqui tratado, incluímos também uma entrevista de Ernesto Silva (1998) depositada no fundo Memória da construção de Brasília do Programa de História Oral do ArPDF.

2 A denominação “cidade-satélite” foi estabelecida pela lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 dispendo sobre a organização administrativa do DF, mas em 1961 esse território foi subdividido em subprefeituras e pouco depois a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 atribuiu ao Plano Piloto e a anteriores cidades-satélites a denominação uniformizada “região administrativa”, distinguindo-se pela numeração de cada uma delas. As regiões administrativas impuseram-se como principal circunscrição territorial interna ao DF e foram continuamente redivididas numa tentativa de acompanhar seu intenso processo de urbanização. O Distrito Federal foi subdividido em sete subprefeituras em 1961, oito regiões administrativas (RAs) em 1964, 12 RAs em 1964 e 12 RAs em 1990. Em 2008, havia 21 RAs e desde 2011 há 31 delas. O termo “cidade-satélite” permanece corrente entre os habitantes de Brasília e em escritos acadêmicos a seu respeito e, por conta de seu sentido histórico, será utilizado também neste artigo.

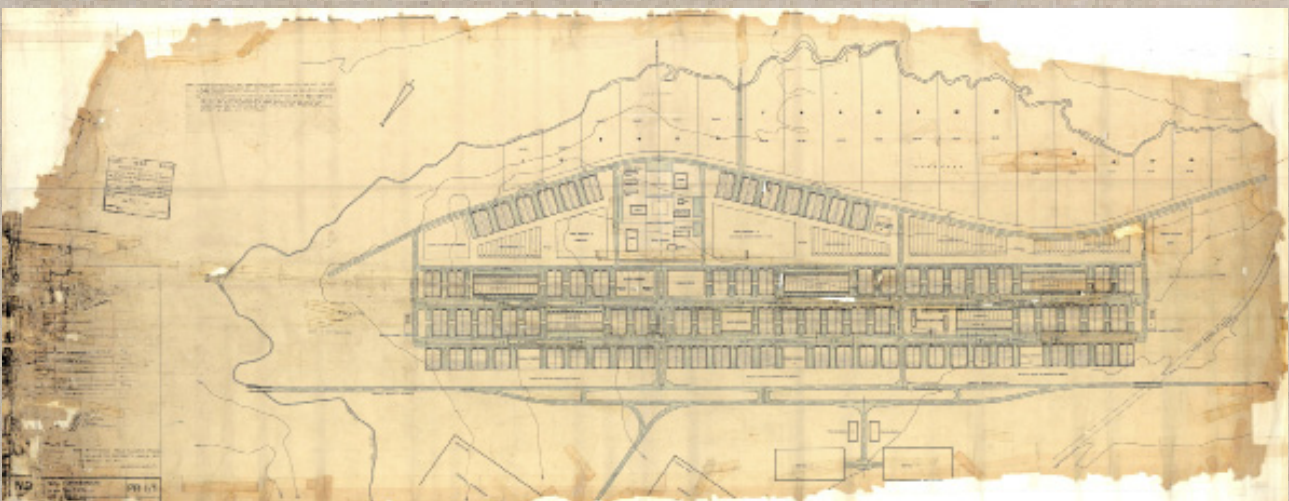
loto. Embora os serviços urbanos tenham sido lentamente expandidos ao longo dos anos, um estudo recente da CODEPLAN (2018) concluiu que mesmo o DF tendo a maior renda per capita do Brasil, existe uma considerável desigualdade socioeconômica entre o Plano Piloto e as regiões administrativas (antes denominadas cidades-satélites), o que também está visível na qualidade e na quantidade da infraestrutura existente no território.

Imagem 1 – CODEPLAN. *Cidade satélite de Taguatinga, setor H–Norte*. Projeto de loteamento e arruamento. 1985 [Original de 3 de abril de 1962].



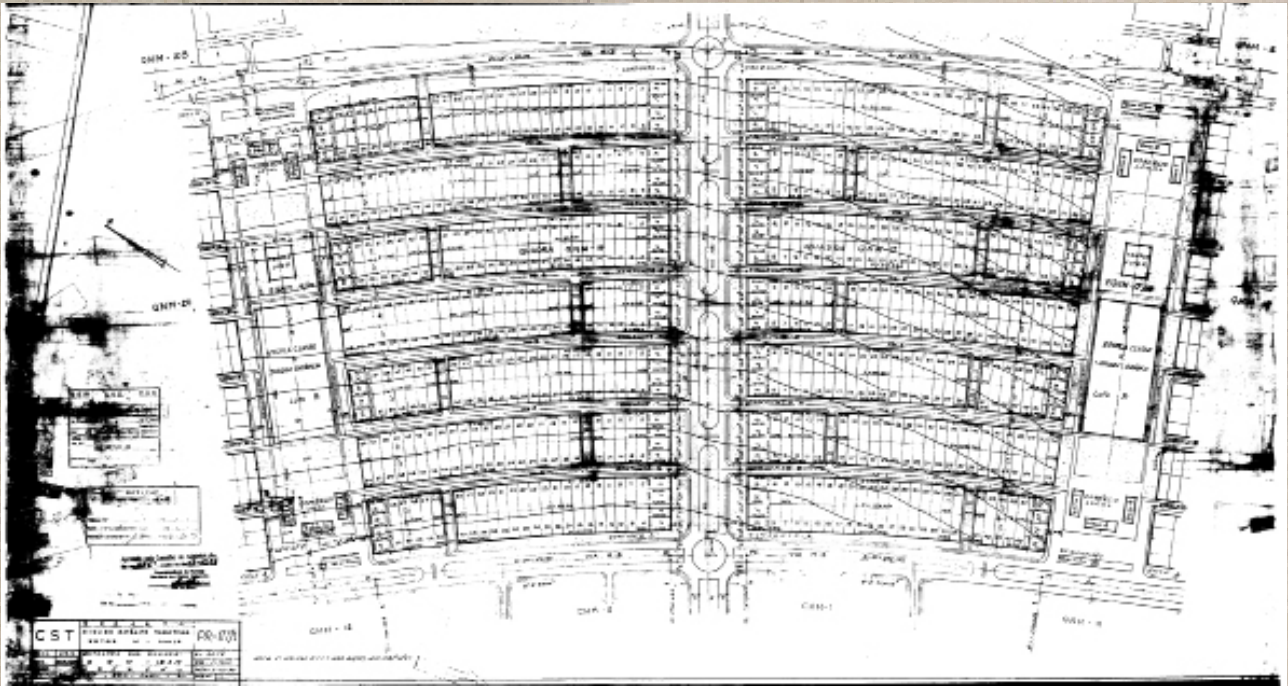
Fonte: Acervo da SEDUH.

Imagem 2 – DIVISÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO – GDF. *Núcleo Bandeirante, planta geral*. 1965.



Fonte: Acervo da SEDUH.

Imagem 3 – DIVISÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO – GDF. Projeto dos setores QNM 17 e 18 de Ceilândia.



Fonte: Acervo da SEDUH.

A oposição entre um centro planejado, o Plano Piloto, e uma periferia supostamente desordenada, onde se localizam as cidades-satélites, é uma das tônicas de muitos dos escritos sobre Brasília. Essa oposição tende a estar associada a outras dicotomias: plano e realidade, ordem e desordem, formalidade e informalidade. No entanto, sabe-se que desde fins dos anos 1950 foram elaborados planos urbanísticos para as cidades-satélites inspirados em padrões modernistas (imagens 1, 2 e 3). Tais planos impuseram uma distribuição setorizada de funções urbanas, superquadras reunidas em unidades de vizinhança, predomínio de longas sequências de lotes para casas unifamiliares, grandes áreas destinadas a espaços livres de uso público e, em muitos trechos do tecido urbano, separação de vias para pedestres e veículos (DERNTL, 2018). Análises da organização espacial das cidades-satélites empreendidas por Frederico de Holanda, Maria Elaine Kohlsdorf e Gunther Kohlsdorf (2013) observaram a aplicação de um “modelo” e um tipo mórfico de “modernismo periférico”, que reproduziria “traços problemáticos do modernismo clássico [do Plano Piloto], sem suas qualidades expressivas”. No entanto, também se observou que os princípios modernistas se “flexibilizaram” ou “informalizaram” por conta da atuação da população que, no interior de seu lote, imprimiu “individualidade e diversidade ao espaço anônimo” (KOHLSDORF, 1996, p. 685).

Neste artigo, os relatos de moradores envolvidos na construção de cidades-satélites são reveladores de práticas que contribuíram para transformar espaços planejados com traçados

regulares em lugares dotados de características específicas e associados a uma vivência em comunidade. No entanto, mais do que analisar a efetiva construção daqueles núcleos, pretende-se investigar o modo como esse processo foi assimilado e narrado, na dimensão subjetiva de quem o vivenciou, considerando que seus relatos estão mediados por problemas e preocupações, nem sempre evidentes, do momento presente em que se deram.

Os depoimentos analisados neste artigo provêm de moradores de cidades-satélites cujas origens são distintas, ainda que todas elas tivessem recebido planos urbanísticos baseados em determinações formais similares. O Núcleo Bandeirante, antes denominado Cidade Livre, foi criado em 1956 como área de comércio e serviços de apoio à construção da capital, situado a cerca de 12 km do Plano Piloto. O assentamento tinha caráter provisório, pois deveria ser demolido após a inauguração de Brasília em 1960, mas um movimento liderado por comerciantes e moradores locais conseguiu a permanência e a regularização do núcleo em 1961. Já a cidade-satélite de Taguatinga foi estabelecida ainda antes, em 1958, quando manifestantes que haviam ocupado ilegalmente uma área próxima à Cidade Livre, foram transferidos pela Novacap para uma região a cerca de 25 km do Plano Piloto, onde receberam lotes de terra para habitar. E, a partir de 1969, a cidade-satélite de Ceilândia, situada a sudoeste de Taguatinga, foi iniciada pela Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) como o mais vultoso projeto dessa natureza até então, estimando-se que tenha recebido, até 1972, 14.000 famílias, na maior parte provenientes da favela em torno do Hospital do IAPI, situado perto do Núcleo Bandeirante.

Em Brasília, sempre mudando

A habitação e a aquisição de um lugar estável para morar apareceram como tópico fundamental das memórias dos moradores de cidades-satélites. A moradia inicial de boa parte dos entrevistados foi um barraco de madeira construído por eles mesmos na Cidade Livre (onde todas as construções deveriam ser feitas de materiais provisórios) ou em seus arredores, onde foram se criando favelas e agrupamentos precários. Os limites difusos entre o que seria legal ou ilegal estão implícitos nos vários depoimentos acerca da vida inicial em Brasília. O médico baiano Isaac Ribeiro afirmou que, quando chegou à Cidade Livre em 1957 e adquiriu seu lote, teria sido “tudo informal, mas tinha papel [documento oficial de posse]” (RIBEIRO, 2000). Embora houvesse tentativas de controle por parte da Novacap sobre a ocupação daqueles espaços, outros moradores que se instalaram ali dois anos depois também acentuaram seu caráter informal: conforme o carpinteiro Edgar Galdino da Silva, “a gente que chegava de fora cada um tomava

conta de um pedacinho de terreno e fazia um barraco, então chamava-se invasão, mas ninguém botava obstáculo” (SILVA, 2000). Salvador Átila Cunha endossou: “no começo tudo era invasão” (CUNHA, 2000).

Os relatos referem-se a uma periferia em rápida transformação e de caráter transitório, sugerindo que seria, por um lado, tolerada ou negligenciada e, por outro lado, objeto de medidas de controle e de tentativas de imposição de planos urbanísticos. Mesmo com o estabelecimento de cidades-satélites, a sensação de precariedade e instabilidade permaneceu marcante em relatos sobre frequentes mudanças em razão da busca de locais de moradia e trabalho, das transferências forçadas ou da imposição de planos urbanísticos em locais já habitados. Vicente Paulo Souza (1995), militar, relatou ter construído seu barraco várias vezes desde que chegou a Brasília em 1958:

tive que fazer meu barraco três vezes. Uma vez na invasão [da Vila Matias]. Uma outra vez, que ele foi afastado para o local certo, para manter as ruas, para fazer as ruas direitinho. E posteriormente aqui para esse local [em Taguatinga...], que precisou da área lá.

E, aparentemente se referindo a uma condição compartilhada, acrescentou: “a gente trabalhava muito e mudava muito também. Na época a gente estava sempre mudando.” (SOUZA, 1995). Também Luiz Lobão (2002), que chegou a Brasília aos 12 anos com sua família, relatou várias mudanças até a definitiva fixação na capital:

a gente foi para a Vila do IAPI, a Vila do IAPI foi removida para Taguatinga, de Taguatinga minha mãe não gostava, de Brasília, a gente volta para Teresina, aí meu pai vai, vem para Brasília de novo e volta para a Vila do IAPI, depois da Vila do IAPI ele veio para Ceilândia, transferido para Ceilândia.

Esse depoimento indica que o empenho oficial para remoção da favela do IAPI foi de início ineficaz para erradicá-la por completo.

Percebendo-se que haveria escasso auxílio oficial ou instituições de apoio, os laços de amizade e parentesco eram valorizados e necessários como meio de garantir a sobrevivência e enfrentar dificuldades. A persistência de práticas tradicionais de agrupamento foi relatada em depoimentos de moradores do Núcleo Bandeirante: “a gente morava em frente, terreno da minha sogra, grande, então ela me acampou como genro e os cunhados dela, também amigos como moradores dentro do pasto do terreno dela” (PRETO, 2000) e havia pessoas que “vinham com lugar pronto [para se instalar], porque já tinham os parentes” (MAZOLLA, 2000). A transferência para uma cidade-satélite podia implicar a desestruturação das redes de apoio antes criadas em ocupações irregulares: “nós morávamos lá [na Vila IAPI], uns quatro colegas, todos

pertinho, pegados assim e levamos castigo, nós queríamos ficar juntos aqui e ficamos todos separados” (NOGUEIRA, 2002). Além do apego a anteriores espaços de socialização, outros motivos relatados para resistência à mudança para uma cidade-satélite eram a distância do local de trabalho e a precariedade da infraestrutura inicial. A principal vantagem oferecida seria a aquisição de um lote: “aqui, cada um de nós teria o seu local, o seu lotezinho, prá construir” (FARIAS, 2001).

A transferência de moradores das favelas e ocupações irregulares para as cidades-satélites foi descrita de modo distinto por moradores e agentes institucionais envolvidos nesse processo. Alguns dos assistentes sociais que atuaram junto à população relataram os trabalhos de preparação e organização do transporte das famílias a serem levadas aos novos assentamentos. Conforme Zedith Silva (1998), quando trabalhava como assistente do presidente da Novacap Israel Pinheiro – provavelmente em fins dos anos 50 – ela foi designada, junto com outras “quatro ou cinco pessoas” para atuar junto aos moradores que seriam removidos para Taguatinga, “ajudando a explicar [para] o povo que ali [na favela] que eles não poderiam ficar, que era sujo, era contaminado”. Já no caso de Ceilândia, há relatos de um trabalho institucional em maior escala, compreendendo levantamento das famílias a serem transferidas, organização de reuniões preparatórias e acompanhamento da consolidação inicial do núcleo. O envolvimento pessoal dos assistentes sociais foi enfatizado, como, por exemplo, no depoimento de um deles, Ilton Mendes (2002): “todos [da equipe] eram obrigados a se envolver, não por uma determinação, mas por uma questão de solidariedade”. Ainda segundo seu relato, muitos membros da equipe tinham condição social similar à da população transferida e receberam lotes para residir no novo núcleo.

Do ponto de vista das pessoas transferidas, porém, sobressaiu o caráter violento e impessoal da mudança. Conforme um morador que em 1961 teve seu barraco retirado das cercanias do Núcleo Bandeirante e levado para Taguatinga: “Não tinha ajuda nenhuma [por parte do governo], ao contrário, eles chegavam e jogavam você em um terreno, [...] não tinha nada” (BONIFÁCIO, 2004). Em depoimentos de moradores da Ceilândia, reiterou-se a ideia de terem sido “jogados”: “nós fomos jogados realmente, era jogado no lote, no mato mesmo, você é que tinha que fazer tudo” (MANEIRO, 2001), “jogou nós aqui” (COELHO, 2002) e “Quando nós mudamos pra Ceilândia [...] meu bagulho mesmo jogaram lá no chão” (SILVA, 2002). O relato similar sugere, além da experiência compartilhada, uma narrativa coproduzida e assimilada à memória do grupo.

Visões contrastantes do processo de transferência para as cidades-satélites podem ser relacionadas com a tentativa de enfatizar certa imagem da origem da comunidade e da participa-

ção de cada um dos entrevistados na criação daqueles núcleos. O poeta e cordelista Gonçalo Gonçalves Bezerra (2001), que relatou ter liderado uma associação de moradores primeiro na Vila IAPI e depois também na Ceilândia, ressaltou nem tanto as dificuldades ou imposições, mas a força de vontade da população e o apoio recebido de autoridades. E assegurou ao seu entrevistador: Ceilândia “foi uma reivindicação nossa”. No caso de Taguatinga, o deputado distrital César Trajano Lacerda (2000) salientou a reação positiva à transferência para a nova cidade-satélite. Ele afirmou ter sido “o primeiro líder comunitário de Brasília” e responsável por organizar a manifestação de migrantes antes situados numa área de ocupação ilegal – a vila Sarah Kubitschek – além de liderar as negociações com autoridades da Novacap que levaram à transferência daquele grupo para Taguatinga. Conforme Lacerda (1998), ainda que Taguatinga fosse inicialmente desprovida de infraestrutura urbana, a mudança teria sido muito comemorada: “o povo ia para lá cantando e alegre”. Embora essa declaração possa ser vista como parte do enaltecimento de seu próprio papel, talvez mereça algum crédito como expressão de sua satisfação por ter participado da criação da cidade-satélite.

A construção de lugares, a construção de comunidades

Um dos principais tópicos dos depoimentos é a formação de um espírito comunitário na construção de cada uma das cidades-satélites. Moradores de Ceilândia lembraram-se de modo similar dos ruídos de construção como expressão de um empenho unitário: “era noite e dia você ouvia era o som ‘currutu, currut, currut’, era serrote, martelo, ‘pá, pá, pá’ a noite inteira e o dia inteiro, um sai, ajudava o outro, o outro sai fazia mutirão” (BORGES, 2002) e “tinha união, você via alguém fazendo seu barraco, era (pá, pá, pá), aquele martelo batendo dia e noite, noite e dia, aquele que terminava primeiro chegava [para ajudar]” (LIMA, 2005). Esses ruídos foram, em mais de um depoimento, comparados a uma sinfonia: “era assim uma zuada, uma bateção de pau de martelo, parecia mais uma sinfonia (LOBÃO, 2002), “a primeira orquestra sinfônica de Ceilândia foi do martelo [...] era dia e noite [...] foi um trabalho em termos de solidariedade que dificilmente nós vamos ver [novamente]” (MENDES, 2002). Alguns relatos acentuaram o caráter único daquela situação, enquanto outros sugeriram um esforço ainda presente à época dos depoimentos: “em Taguatinga, as coisas não partem das autoridades não. Tudo que tem lá, é o povo mesmo que começa e vai” (SILVA, 1997).

Nas memórias dos entrevistados, o empenho conjunto e solidário na construção das cidades-satélites apareceu associado a uma crença compartilhada nos ideais da criação de Brasília.

Conforme Else Haine (2000): “era todo mundo amigo, o objetivo era um só, trabalhar pela nova capital”. Ou ainda: foi “uma aventura, todo mundo incorporou o sonho do presidente” (PEREIRA, 2004). Maria das Graças Pimentel (2001), professora que se mudou para Ceilândia em 1971 também assegurou que a esperança “continuava muito viva dentro deles [na Ceilândia], porque afinal eles vieram para cá para ajudar na construção de Brasília e era uma nova cidade também que eles construíram”. Esse depoimento aponta o impacto duradouro dos ideais subjacentes à construção de Brasília, mesmo se referindo a uma década depois da inauguração da capital.

Se, além dos depoimentos de moradores de cidades-satélites, considerarmos também memórias registradas em publicações de políticos e autoridades envolvidos na construção de Brasília, veremos que lembranças de fortes laços de solidariedade durante as obras da capital foram compartilhadas não apenas por migrantes pobres. A experiência de ter vivido um momento inédito de supressão das diferenças sociais foi registrada pelo arquiteto Oscar Niemeyer (2006, p. 35): “Vivíamos naquela época como uma grande família, sem preconceitos e desigualdades”. Ernesto Silva (1999, p. 387), diretor da Novacap entre 1956 e 1960, reafirmou: “todos se sentiam como se fossem membros de uma só família”. A “aparência de solidariedade” durante a construção de Brasília já foi criticada como artifício de mistificação (BICCA, 1985), como maneira de estimular a produção e a dedicação ao trabalho (RIBEIRO, 2008; HOLSTON, 1993), podendo ser vista também como recurso político de mobilização de anseios sociais (MONTENEGRO, 2010). Pode-se aventar ainda que tais narrativas permitiriam a altos funcionários e técnicos legitimar o próprio trabalho sem deixar transparecer seu caráter autoritário.

Embora os depoimentos dos entrevistados pelo Arquivo Público se refiram de modo similar à vivência de um momento excepcional de solidariedade, seria re-

Embora os depoimentos dos entrevistados pelo Arquivo Público se refiram de modo similar à vivência de um momento excepcional de solidariedade, seria redutor, porém, ver suas memórias como mera repetição de um discurso emanado de autoridades, como pura nostalgia ou tentativa de alheamento de suas dificuldades reais. Longe de ser mera ilusão, os depoimentos permitem constatar que a narrativa sobre o empenho coletivo na construção da capital foi assimilada de modo próprio pelos entrevistados e atuou como elemento de coesão social de grupos que tinham de organizar sua convivência em novos espaços ou pleitear conjuntamente o direito a ocupá-los.

dutor, porém, ver suas memórias como mera repetição de um discurso emanado de autoridades, como pura nostalgia ou tentativa de alheamento de suas dificuldades reais. Longe de ser mera ilusão, os depoimentos permitem constatar que a narrativa sobre o empenho coletivo na construção da capital foi assimilada de modo próprio pelos entrevistados e atuou como elemento de coesão social de grupos que tinham de organizar sua convivência em novos espaços ou pleitear conjuntamente o direito a ocupá-los. Cabe considerar, na perspectiva de Stuart Hall (1996), que a elaboração de “mitos fundacionais” ou de origem possibilita a grupos desprivilegiados elaborar contranarrativas que ocultam “começos violentos”, traduzem ressentimentos ou satisfações e transformam “a desordem em comunidade”. A ênfase num espírito comunitário na origem das cidades-satélites pode ser vista como parte essencial na elaboração de uma identidade individual e coletiva, além de permitir expressar anseios e preocupações relativos ao tempo em que foram feitas as entrevistas.

Nas memórias dos entrevistados, o apoio à construção de Brasília e a referência ao discurso nacionalista que a sustentava foram mobilizados como forma de defender a legitimidade de movimentos que deram origem às cidades-satélites, desse modo contribuindo para afirmar certa imagem daqueles núcleos. Isso se depreende de lembranças acerca do movimento que envolveu a população do Núcleo Bandeirante, na virada para os anos 60, com o objetivo de obter autorização legal para permanecer ali e resistir aos planos oficiais de erradicação. Conforme Isaac Barreto Ribeiro (2000), que chegou ao Núcleo Bandeirante em 1956 para atuar como médico: “era um sentimento de todos [...] Não era uma resistência armada, era cívica, bonita, não tinha guerra [...] esse Núcleo é que foi a prova da nacionalidade brasileira”. Depoimentos relativos a Taguatinga, cuja criação foi marcada pela ocupação de terras ilegais, primeiro na chamada “Vila Sarah Kubitschek” e depois nas vizinhanças da cidade-satélite, também enfatizaram um empenho em prol do benefício coletivo. Conforme a irmã Celina (QUINTELLA, 1997), os moradores de Brasília “constatarem que Taguatinga não era o que o Plano Piloto estava pensando, que era uma comunidade unida, coesa, que tinha um objetivo não assim de rebeldia, mas que queria ver o desenvolvimento da cidade”. De modo similar, a escritora Hilda Mendonça da Silva (1997) ressaltou a dedicação conjunta à construção da cidade-satélite: “[a] queles que vieram pra aqui [Taguatinga] eram diferentes, mesmo os invasores. Eles tinham aquela vontade de construir, de fazer alguma coisa, de fazer ali uma cidade para as gerações futuras deles”. Esses depoimentos se preocupam com refutar aquilo que seus moradores não seriam – belicosos ou rebeldes – e, dessa maneira, parecem atuar como contranarrativas a imagens desfavoráveis que, em seu entender, pairariam sobre eles.

Mas, os depoimentos não deixam de mencionar também os permanentes riscos, conflitos e a instabilidade da condição de vida nos anos iniciais das cidades-satélites, levando a ver que

a formação de comunidades em cada lugar não seria inata ou abrangente como sugeriram alguns entrevistados. Os lotes eram concedidos pela Novacap em caráter provisório até que fosse feita sua regularização definitiva, por isso a posse de um terreno tinha de ser assegurada pela sua ocupação. Os documentos legais eram considerados de pouco valor: “dono é quem ficava dentro, quem morava no lote que era o dono. Por isso que eles [os outros moradores do lugar] não respeitavam muito documento” (SOUSA, 1995). Havia necessidade de logo construir um barraco no lote e de mantê-lo permanentemente ocupado para evitar que fosse tomado por outras pessoas. Conforme declarou Otávio Macedo (2004), “fiz o começo do barraco, o esqueleto do barraco três vezes, quando chegava lá tinha gente morando no barraco, cobria, tinha gente morando, aí [...] eu cerquei, fiz um cercado lá”. Mas, o mesmo Macedo (2004) sublinhou a ajuda recebida de amigos: “[a]ntigamente se tu saías de casa, nós éramos vizinhos, eu olhava tua casa, a gente dava o sangue um pelo outro”. A ênfase dos vários relatos é colocada nos laços de solidariedade mais do que nos conflitos ou problemas, reforçando uma narrativa coproduzida sobre o valor da comunidade na criação do lugar.

Embora um código de ajuda mútua tenha contribuído para estruturar grupos e garantir sua sobrevivência, haveria também moradores menos articulados a redes de apoio, o que, conforme alguns depoimentos, poderia se refletir na construção de sua moradia e na ocupação dos espaços. Como sugere Maria das Graças Pimentel (2001), cuja família fora transferida para a Ceilândia em 1971, quando ela era criança, algumas pessoas se instalaram com mais facilidade: “[q]uando aquele morador tinha uma equipe grande com ele, às vezes, num dia ele conseguia levantar o barraco e cobrir, mas [...] algumas famílias por vários anos, tinha[m] seu barraquinho no chão batido. Além disso, as dificuldades para se instalar na cidade-satélite de Ceilândia levaram alguns moradores a desistir de viver ali, como conta Ilton Mendes (2002): “iam surgindo os lotes vazios aqui [na Ceilândia] porque muitos vieram para cá, mas não aceitaram [...] Então ele abandonava...” No entanto, não conhecemos os depoimentos dessas pessoas que talvez tivessem impressões da vida em Brasília distintas daquelas analisadas aqui, nas quais prevalece a referência a uma trajetória difícil, mas bem-sucedida: “lutei e venci e estou aqui para vencer mais e mais” (FARIAS, 2001) ou “foi uma luta muito árdua, mas valeu a pena” (MAGALHÃES, 2001).

Em cada uma das cidades-satélites, havia grupos com interesses distintos e possibilidades também distintas de reagir às imposições oficiais ou de ter suas demandas atendidas. Conforme apontou o já mencionado Lacerda (1998), na época em que a população do Núcleo Bandeirante se mobilizou para evitar a erradicação do local, os grandes comerciantes teriam obtido “terrenos à vontade [na Asa Norte] do jeito e tamanho que queriam”, por sua vez, “aos

residentes mais humildes era oferecido [lote em] cidades satélites...”. O deputado Cauhy Jr. (2000) mencionou a impossibilidade de evitar a remoção dos barracos: “Ninguém queria sair do Núcleo Bandeirante, mas a imposição foi muito grande [...] eles pegavam a mobília, as coisas da casa, a madeira, levava e despejava no local onde ia residir a pessoa”. Por outro lado, um representante do grupo de comerciantes e proprietários de oficinas automotivas afirmou ter confrontado autoridades, afirmando-lhes que não admitiria a remoção de seu setor: “nós não vamos concordar, não vamos aceitar, de maneira nenhuma” (PRETO, 2000). Por sua vez, César Najjar Fernandez (2000) indagou o porquê de o governo permitir a permanência do Núcleo Bandeirante, mas removeu a favela do IAPI, situada nas suas proximidades: “será que os que moravam no [assentamento irregular do] IAPI eram brasileiros de outra categoria?”. Esses relatos sugerem que a paisagem no entorno do Plano Piloto trazia marcas de diferentes grupos e de vários níveis de exclusão socioespacial.

A organização de uma paisagem urbana

Imagens de espanto e desolação emergem de depoimentos sobre a vida inicial em cidades-satélites. A paisagem da Cidade Livre foi lembrada pela poeira e pelo ambiente predominantemente masculino: “mais era homem mesmo, era bagunça, poeira, gente trabalhando, correndo, a vida era trabalhar, mais nada” (ROSA, 2000). E havia “barraco em cima de barraco” (BONIFÁCIO, 2004). Essas referências remetem a temas usuais em registros de visitantes, cronistas e historiadores sobre os anos iniciais de construção de Brasília, tal como analisaram Segawa (2010) e Videsott (2009). Já Taguatinga e Ceilândia, em seus primórdios, foram descritas por meio da reiteração de negativas e pela ausência de atributos urbanos: “Não tinha luz, não tinha água, não tinha esgoto, não tinha nada. Tinha os lotes que eram piquetados na hora” (LACERDA, 1998) ou “não tinha quintal, não tinha rua, não tinha nada, cerrado” (RODRIGUES, 2002).

Nas nascentes cidades-satélites, referências materiais e simbólicas foram sendo estabelecidas na vivência cotidiana de seus moradores. Um marco na paisagem da Cidade Livre era a chamada Placa da Mercedes – em referência a um outdoor da empresa Mercedes Benz – que indicava o local da zona de prostituição sem nomeá-la diretamente. Alguns depoimentos sugerem uma lógica de organização territorial para definir a convivência entre moradores. Hélio Bonifácio (2004) contou que quando criança ajudou sua família trabalhando “na saída da zona [de pros-

tituição], vendendo galinha com arroz para os peões” e relatou que “no final da Avenida corria um esgoto, do lado de cima do esgoto era a zona e do lado de baixo eram as famílias”. Amélia da Silva Araújo (2000) afirmou que as prostitutas ficavam “no lugar delas [no Núcleo Bandeirante], tinha uma parte assim que era reservada para elas”. As prostitutas parecem ser vistas como moradoras do Núcleo, mas ao mesmo tempo são descritas como estando à parte dele.

Os equipamentos públicos, escassos nos primeiros tempos, foram vistos como marcos que davam nome a lugares e ruas, mas a paisagem urbana também ia sendo referenciada em locais mais prosaicos. Taguatinga é lembrada assim:

os pontos de referência são o seguinte: o Café sem Troco, que ficou aqui atrás, a Passarela, a Caixa D'Água, que era um ponto de referência, Bar Estrela, Virgem da Vitória, Curva da Onça [...] Essa avenida de baixo, avenida do Samdu. É porque existia lá, antigamente existia o posto de saúde (SOUZA, 1995).

Os depoimentos indicaram os primeiros estabelecimentos institucionais ou de serviços – igreja, escola, banco, mercado – os nomes dos primeiros moradores a exercer ofícios – primeiro médico, primeira parteira, primeira professora – até mesmo a posse da “primeira televisão”, a introdução do “primeiro esporte, o vôlei” ou a “primeira bicicleta”. Uma listagem dos “primeiros” – hospital, imigrantes, templo, árvore plantada, etc. – encontra-se também na História de Brasília de Ernesto Silva (1999, p. 339-331), um dos homens de confiança do presidente JK e diretor da Novacap entre 1956 e 1961. Essas referências remetem a uma concepção tradicional de história e apontam critérios de distinção e valoração com base na noção de precedência.

Como parte da elaboração de um quadro de referências simbólicas locais, foram lembradas as personalidades que teriam tido atuação ampla na construção e organização da vida de cada um dos lugares, tais como o “padre Roque” (Roque Valliati Baptista, 1918-1994) e a “Abadia” (Maria de Lourdes Abadia, assistente social, depois administradora de Ceilândia entre 1975 e 1985, deputada federal na época das entrevistas e depois vice-governadora do DF). Há indícios de que membros de ordens religiosas tiveram amplas atribuições no estabelecimento inicial de cada um dos núcleos, com implicações também na organização dos espaços. Em Taguatinga, o padre Antônio Bernardo Monteiro (1995) relatou que em certo momento assumiu “a loteação toda” – ou seja, foi responsável pela distribuição dos lotes aos moradores recém-chegados – e, além disso, reservou para a igreja e seu jardim um terreno na entrada da cidade. Os relatos sobre a atuação de representantes de instituições religiosas e assistenciais reforçam práticas e vínculos tradicionais de ocupação do espaço mais do que padrões predefinidos e impessoais impostos por planos urbanísticos.

No entanto, os depoimentos não deixam de fazer referência a elementos planejados dos traçados urbanos. Técnicos e autoridades da Novacap envolvidos com a criação ou a administração das cidades-satélites comentaram o modo como os planos urbanísticos foram feitos. Ernesto Silva (1998) reafirmou uma visão usual na literatura sobre Brasília de que a concepção das cidades-satélites fora deformada: “com o correr do tempo elas se descaracterizaram. Taguatinga não é uma cidade-satélite, nem um núcleo satélite, ela não tem vida própria, o pessoal migra para trabalhar noutro lugar”. Cid Lopes Filho (1997), subprefeito de Taguatinga no início da década de 1960, comparou o modo de planejar Taguatinga e Ceilândia:

[n]o planejamento de Taguatinga não houve um plano prévio como houve de Ceilândia, por exemplo, que foi uma cidade que, quando foi criada, já tinha uma planta completa que é praticamente o que ela é hoje. [...]. Já o plano de Taguatinga foi sendo feito por justaposição, pedaços, tanto que ele não é muito igual, ele não guarda uma simetria...

Em contraste com a visão mais distanciada de técnicos e administradores, os relatos dos moradores expressam suas próprias vivências e interpretações a respeito dos planos urbanísticos. Severino Bezerra da Silva (2002) lembrou que em Ceilândia “a pessoa estudava meia quadra, aqui tinha um colégio, aí vinha meia quadra pra cá e meia quadra pra cá né, é dividido, pra num atravessar a pista do meio, apenas não morrer acidentado...”. Sua descrição remete à organização da unidade de vizinhança, conceito que foi adotado na elaboração dos planos urbanísticos de várias cidades-satélites.³ Além disso, os traçados para vias exclusivamente peatonais em Taguatinga também foram destacados, não como forma de organização racional da circulação, conforme pressupunham os cânones modernistas, mas como dispositivo de exclusão social: “as ruas são pequenas para passar carro, porque nunca imaginaram que alguém dali podia ter carro, não é? No máximo é ter uma bicicleta [...] É desse jeito que Taguatinga foi planejada” (LOPES, 1997).

Alguns entrevistados parecem estar cientes de que a elaboração de certa imagem da comunidade tornar-se-ia mais visível quando referenciada num suporte material presente na paisagem urbana. Em Taguatinga, o jornalista Wilon Wander Lopes (1998) enfatizou o valor simbólico atribuído à caixa d'água antes situada na via de entrada do núcleo e demolida em 1984 por conta de obras viárias em seu local. Em razão de defeitos na construção, a caixa d'água nunca serviu a sua função, mas, quando se cogitou demoli-la, Lopes participou de uma ação

³ O conceito de unidade de vizinhança veio à luz em 1929 a partir da aplicação das ideias de Clarence Stein e Henry Wright no plano do subúrbio de Radburn em New Jersey e, no mesmo ano, da publicação do Plano Regional de Nova York, no qual Clarence Perry detalhou suas proposições a respeito. Tratava-se de definir o traçado de uma unidade constituinte da cidade, com intuito de fomentar laços sociais e promover uma forma organizada de convivência social. Nessa parcela urbana de população limitada, haveria forte presença de espaços livres e a escola estaria em local dotado de centralidade, podendo ser acessada a pé, após se percorrer uma distância que não deveria ultrapassar 800m.

judicial para evitar que isso ocorresse. No seu entender, “nós, população, elegemos a caixa d’água como referencial importante” e, portanto, prosseguiu, “deveria passar pela vontade da comunidade para ser demolida ou construída” (LOPES, 1998). É significativo que a construção escolhida estivesse ligada à infraestrutura de serviços urbanos, problema fundamental na estruturação do núcleo.

Por outro lado, também há críticas a uma iniciativa de preservação da memória local. O anterior Hospital do IAPI, depois Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), situado nas proximidades da Cidade Livre, atendeu à população de 1957 aos anos 70 e teve seu conjunto arquitetônico remanescente tombado pelo DEPHA-DF em 1985. Foi então transformado em Museu Vivo da Memória Candanga, cuja missão é ser espaço de registro, preservação e difusão da cultura dos primeiros migrantes e trabalhadores de Brasília. Embora a iniciativa de criação do museu tivesse tido apoio de uma parte da população, uma moradora ironizou: “eu estou brigando para ver se ponho hospital aqui, lá nessa casa [denominada] Museu Vivo, nós precisamos um museu morto [...] um hospital seria melhor” (MAZOLLA, 2000). Ou ainda: “nós trabalhamos muito para tombar [o hospital], mas acontece que a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital, não aconteceu” (PRETO, 2000).

Em Ceilândia, por sua vez, o depoimento de Gonçalo Bezerra (2001) aludiu ao que seria uma compensação simbólica representada pela construção, reivindicada pela comunidade local, de um projeto assinado por Oscar Niemeyer. A Casa do Cantador, de autoria do arquiteto, foi inaugurada em 1986 para sediar apresentações de cordelistas e repentistas. A intenção teria sido, conforme Bezerra (2001), “corrigir também, uma discriminação à Nova República” pois, conforme pensou-se, na época, “vamo[s] corrigir, construindo a Casa do Cantador com arquitetura de Oscar Niemeyer”, que só tem Oscar Niemeyer no Plano [Piloto]”. Para justificar a iniciativa, o depoimento apropria-se de uma narrativa política de renovação, já não mais relacionada ao período JK, mas à redemocratização do país iniciada em 1985.

No entanto, mais do que referências a edifícios ou construções, tanto em Taguatinga como em Ceilândia, vários entrevistados recordaram-se dos locais cotidianos onde se ia buscar água, lavar roupas ou tomar banho – bicas, torneiras, minas e córregos. Tais locais eram espaços de sociabilidade, sobretudo feminina, pois aquelas atividades ocupavam boa parte do tempo diário das mulheres. A alusão a esses lugares podia reforçar narrativas sobre o empenho coletivo e o momento excepcional de supressão de diferenças sociais: “as mulheres iam todas pegar água ali. Quer dizer, esposas de médico e tudo o mais. Então eu falo que aquilo ali nasceu mesmo de pessoas de garra...” (SILVA, 1997). Mas, as filas para buscar água foram também lembradas como motivo de conflitos, como, por exemplo, no relato da professora Maria das Graças Pi-

mentel (2001): “de repente uma [mulher] passava na frente da outra, menino, daqui a pouco era lata voando para tudo quanto é lado e salve-se quem puder”. Ainda assim, o tom anedótico e a referência ao que seria a índole da “mulher nordestina” ali vivendo – é “forte” e “luta”, mas é também “muito enfezada” – amenizaram a referência aos desentendimentos. Esses depoimentos falam, enfim, de lugares considerados centrais para a vida da comunidade, mas situados em geral à margem do traçado previsto nos planos urbanísticos.

Plano Piloto e cidades-satélites

Ainda que as cidades-satélites tivessem seus próprios marcos e lugares balizadores de memórias, o Plano Piloto permaneceu como referência nos vários depoimentos. A desigualdade social de Brasília foi ressaltada em relatos como o de Cid Lopes Filho (1997):

E as duas cidades cresceram juntas – o Plano Piloto: a cidade arquitetônica, linda, bonita, limpa, branca de linhas elegantes; Taguatinga: feia, suja, poeirenta, de barracos, mas lá em Taguatinga estavam realmente aqueles que estavam construindo Brasília.

Esse trecho retoma uma leitura de Brasília cindida em “duas cidades”, de modo similar ao que se vê numa tradição de estudos acadêmicos sobre o caráter dicotômico da urbanização de grandes cidades brasileiras.

A experiência de exclusão social permeia os depoimentos, mas há uma tendência de enfatizar a contribuição de cada um dos locais para a história e a formação de Brasília, mais do que o contraste ou a desigualdade entre o centro e a periferia. Depoimentos do Núcleo Bandeirante defenderam a importância daquele local para o comércio, o abastecimento e a continuidade das obras do Plano Piloto: conforme Vonges Rosa (2000), “[Núcleo] Bandeirante era trabalho, manutenção do Plano Piloto, Asa Norte, tudo dependia do Bandeirante, não tinha uma cidade aqui por perto que não dependia, era Cidade Livre que o comércio era forte”. Hélio Bonifácio (2004) sintetizou: “era o centro de tudo”. As referências ao passado deram ensejo à expressão de necessidades do presente de cada uma das comunidades. Assim, o atributo de pioneirismo serviu para reforçar a necessidade de prover o lugar de equipamentos urbanos ou reclamar maior atenção política: “as autoridades precisavam e precisam ainda voltar as vistas para o Núcleo Bandeirante, que sendo a cidade pioneira merece um pouco mais de carinho” (MAGALHÃES, 2000). Taguatinga, por sua vez, “nasceu com a vocação de empreendedora, com a vocação de mãe produtora” (PEREIRA,

2004) e foi descrita como centro de trabalho em Brasília: “muita gente que mora no Plano Piloto trabalha em Taguatinga, muitas. [...] nós oferecemos, são dados oficiais, nós oferecemos quase 100 mil empregos diretos” (PEREIRA, 2004). Alegou-se que as autoridades deveriam considerar esse empenho: “nós temos essa força empresarial e ela precisa ser reconhecida politicamente” (BRITO, 2004), tendo-se no horizonte “um novo boom de empreendimento da cidade” (ARAÚJO, 2004). No entanto, em depoimentos de moradores de Ceilândia, uma relação mais tensa com o Plano Piloto foi sugerida. Ilton Mendes (2002) pareceu se referir aos crimes que podem decorrer de um contexto de injustiça social: “se concentrar os benefícios ali [no Plano Piloto] e não trouxerem para cá [Ceilândia], nós vamos buscar esses benefícios lá onde eles estão”, no entanto, tranquilizou a seguir: “nós não queremos isso, na realidade o que a gente quer é uma qualidade de vida parecida com o que o pessoal tem ali”.

A tensão entre o sentimento de estar excluído de Brasília e ao mesmo tempo incluído em sua história subjaz nos vários depoimentos, já a sensação de ser parte de uma comunidade formada ao longo do processo de construção de cada um dos lugares foi inequívoca. A experiência de exclusão social veio à tona de muitas maneiras, ainda assim, os depoimentos baseiam-se em narrativas de empenho comunitário e não de confronto, provavelmente entendendo que essa postura seria mais eficiente para se fazer ouvir por seus interlocutores e para comunicar suas demandas. Os relatos provenientes de Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Ceilândia assimilam referências e tópicos enfatizados pelo discurso político de protagonistas da construção de Brasília, mas de modo a constituir uma imagem própria de suas comunidades. A ênfase na formação comunitária de cada um dos lugares contribui para dar sentido de unidade a experiências diversas e para veicular preocupações individuais e coletivas. Nas memórias dos moradores das cidades-satélites, lugares e comunidades se moldaram mutuamente e de modo muito distinto daquilo que fora concebido em planos urbanísticos e determinações oficiais.

Referências

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL, 2., 1996, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 1-11.

ARAÚJO, Amélia da Silva. *Amélia da Silva Araújo*: depoimento [maio 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. p.7 Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

ARAÚJO, José Humberto Pires de. *José Humberto Pires de Araújo*: depoimento [nov. 2004]. Entrevistadores: H. Nunes e M. Gracindo. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 27 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

ARQUIVO Público do Distrito Federal. *Depoimentos Oraís II*: catálogo. Brasília: Arquivo Público do DF, 2008.

BEÚ, Edson. *Os filhos dos candangos*: Brasília sob o olhar da periferia. Brasília: EdUnB, 2013.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). *Brasília, ideologia e realidade*: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985. p.101-113.

BONIFÁCIO, Hélio Dom Bosco. *Hélio Dom Bosco Bonifácio*: depoimento [dez. 2004]. Entrevistadores: V. Dornas e M. Gracindo. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 24 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

BORGES, Manoel Luiz. *Manoel Luiz Borges*: depoimento [jul. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 25 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

BRITO, Janine Soares de. *Janine Soares de Brito*: depoimento [nov. 2004]. Entrevistadores: H. Nunes e M. Gracindo. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 23 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

CARLI, Pedro Baptista de; BERTUSSI, Geovana Lorena. *Análise da infraestrutura das regiões administrativas do Distrito Federal*. Texto para discussão, n.41. Brasília CODEPLAN, maio 2018. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-41-An%C3%A1lise-da-Infraestrutura-das-Regi%C3%B5es-dmi-nistrativas-do-Distrito-Federal.pdf>>, Acesso em: 6 dez 2018.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. Brasília: Imagens e representações. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.). *Contar história, fazer História*: História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001. p. 167-180.

CAUHY JÚNIOR, Jorge. *Jorge Cauhy Júnior*: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 17 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

CEBALLOS, Viviane G. de. *“E a história se fez cidade...”*: a construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CODEPLAN. *Cidade satélite de Taguatinga, setor H –Norte*. Projeto de loteamento e arruamento. Esc 1:2000. Acervo da SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação). 1985 [Original de 3 de abril de 1962].

COELHO, Pedrina de Oliveira. Pedrina de Oliveira Coelho: depoimento [abr. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 18 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

COSTA, Cléria Botelho da; BARROSO, Eloísa Pereira (Orgs.). *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: EdUnB, 2015.

COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.). *Contar História, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

CUNHA, Salvador Átila. *Salvador Átila Cunha: depoimento* [mar. 2000]. Entrevistador: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a concepção das cidades-satélites de Brasília. *Vitruvius*, São Paulo, ano 19, n. 221.03, out. 2018. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

DIVISÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO – GDF. *Núcleo Bandeirante, planta geral*. Acervo da SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação). 1965.

DIVISÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO – GDF. Projeto, cidade-satélite Taguatinga, setor M Norte. [*Projeto dos setores QNM 17 e 18 de Ceilândia*]. Divisão de Arquitetura e Urbanismo – GDF. Acervo da SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação). 1970, aprovada em 1971.

FARIAS, Edite Martins. *Edite Martins Faria: depoimento* [ago. 2001]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

FERNANDEZ, Cesar Najar. *Cesar Najar Fernandez: depoimento* [out. 1999]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 11 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

GONÇALO, Gonçalves Bezerra. *Gonçalo Gonçalves Bezerra [poeta Gongon]: depoimento*. [set. 2001]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 49 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

HAINÉ, Else Pereira. *Else Pereira Haine: depoimento* [mar. 2000]. Entrevistadores: S. Castro e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 30 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity. In: HALL, S. et al. *Modernity: An Introduction to Modern Societies*. Malden: Blackwell, 1996.

HOLANDA, Frederico Rosa Borges; KOHLSDORF, Gunter; KOHLSDORF, Maria Elaine. Brasília: permanência e metamorfoses. In: RIO, Vicente del; SIEMBIEDA, William (Orgs.). *Desenho urbano contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 39-55.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Brasília, mosaico morfológico. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 680-687.

LACERDA, César Trajano de. *César Trajano de Lacerda*: depoimento [set. 1995]. Entrevistadores: M. Santos e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. 20 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LIMA, Adair José de. *Adair José de Lima*: depoimento [dez. 2005]. Entrevistadores: H. Nunes e M. Gracindo. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2005. 24 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LOBÃO, Luiz Gonzaga Ribeiro. *Luiz Gonzaga Ribeiro*: depoimento [maio 2002]. Entrevistadores: S. Castro e D. Soares. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 22 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LOPES, Wílon Wander. *Wílon Wander Lopes*: depoimento [fev. 1997]. Entrevistadores: T. Sousa e V. Rosa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. 29 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LOPES FILHO, Cid Ferreira. *Cid Ferreira Lopes Filho*: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadores: T. Sousa, M. Santos e M. Costa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 16 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MACEDO, Otávio Felix de. *Otávio Felix de Macedo*: depoimento [set. 2004]. Entrevistadores: H. Nunes e L. Borges. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 39 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MAGALHÃES, Waldemar Alves de. *Waldemar Alves de Magalhães*: depoimento [maio 2000]. Entrevistadores: V. Doras e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MANEIRO, Albino Antônio. *Albino Antônio Maneiro*: depoimento [set. 2001]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 18 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MAZOLLA, Philomena Leporoni. *Philomena Leporoni Mazzola*: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 21 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MENDES, Ilton Ferreira. *Ilton Ferreira Mendes*: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e L. Borges. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 40 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MONTEIRO, Antônio Bernardo. *Antônio Bernardo Monteiro*: depoimento [out. 1995]. Entrevistadores: Marco Aurélio de Lemos Santos e Tereza Eleutério de Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995. 29 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno 2010. 448 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

MUSEU Vivo da Memória Candanga. *Programa Viva o Museu*: Folheto. Brasília. GDF, s.d.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

NOGUEIRA, Francisco das Chagas. *Francisco das Chagas Nogueira*: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

PEREIRA, Francisca Coelho. *Francisca Coelho Pereira*: depoimento [jul. 2002]. Entrevistadores: S. Castro. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

PEREIRA, Francisco Soares. *Francisco Soares Pereira*: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: H. Nunes e L. Borges. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 35 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v.27, n.53, São Paulo, p. 7-23, jan. 2007. v.27, n.53, São Paulo, p. 7-23, jan. 2007.

_____. História, Memória e Centralidade Urbana. *Mosaico – Revista do Mestrado em História da PUC Goiás*, Goiânia, v.1, n.1, p. 3-12, jan. 2008.

_____. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 279-290, 1995.

PIMENTEL, Maria das Graças. *Maria das Graças Pimentel*: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 20 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 26 maio 2017.

PRETO, Sebastião Teixeira. *Sebastião Teixeira Preto*: depoimento [maio 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 22 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

QUINTELLA, Maria da Glória Freitas. *Maria da Glória Freitas Quintella [irmã Celina]*: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadores: M. Santos, M. Costa e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. 23 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2008.

RIBEIRO, Isaac Barreto. *Issac Barreto Ribeiro*: depoimento [ago. 2000]. Entrevistador: D. Soares. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 28 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

RODRIGUES, Dalva Afonso Nunes. *Dalva Afonso Nunes Rodrigues*: depoimento [ago. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

ROSA, Vonges. Vonges Rosa: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 19 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SEGAWA, Hugo. A myth that left the greenhouse. *Docomomo Journal*, Eindhoven, v.1, n. 43, p. 34-39; 2010.

SILVA, Antônia Alves da. *Antônia Alves da Silva*: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 28 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Edgar Galdino da. *Edgar Galdino da Silva*: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 12 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Ernesto. *Ernesto Silva*: depoimento [ago. 1987]. Entrevistadores: M. Santos, M. Ramos e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. 21 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Linha Gráfica, 1999.

SILVA, Hilda Mendonça da. *Hilda Mendonça da Silva*: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadores: M. Santos, M. Costa e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 28 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Severino Bezerra da. *Severino Bezerra da Silva*: depoimento [ago. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 46 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Zedith Soares da. *Zedith Soares da Silva*: depoimento [nov. 1995]. Entrevistadores: M. Santos e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. 27 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SOUZA, Vicente Paulo de. *Vicente Paulo de Souza*: depoimento [mar. 1995]. Entrevistadores: M. Santos e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995. 18 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

VIDESOTT, Luisa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

Recebido em: 21 de dezembro de 2018

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2019